



CPI Mista da Petrobras pede 52 indiciamentos em relatório

Texto aprovado ontem aponta irregularidades na compra de refinaria nos Estados Unidos e recebimento de propina em contratos da estatal

Prejuízos de mais de US\$ 561,5 milhões aos cofres da Petrobras, com a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, foram incluídos no relatório final da

CPI Mista da Petrobras, que também pediu o indiciamento de 52 pessoas por suspeita de corrupção. As mudanças no relatório apresentado na semana passada foram feitas

pelo relator da comissão, deputado Marco Maia. Oposição não ficou satisfeita com o resultado e promete instalar outra CPI assim que a nova legislatura iniciar-se, em fevereiro. **3**

Sarney, Suplicy e mais 8 se despedem

A semana foi marcada por uma série de despedidas no Plenário do Senado. Ontem José Sarney pronunciou o último discurso na Casa, que presidiu por quatro mandatos.

Anteontem Eduardo Suplicy subiu à tribuna pela última vez depois de 24 anos. Também deixam o Senado Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg, Francisco Dornelles, Jayme Campos, Cícero Lucena, Ivonete Dantas, Armando Monteiro e Inácio Arruda. **6 a 8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Em seu último discurso, José Sarney lembrou as seis décadas de vida pública, manifestou opinião sobre diversos assuntos, como a reforma política, e fez um alerta: "É hora de conciliar o país"

Relatório indica recursos extras para escola pública **4**

Comissão estuda 9,6 mil emendas ao Orçamento **5**

Ministra do STF receberá Diploma Bertha Lutz **2**

Projetos de desenvolvimento são destaque de colegiado **4**



Pedro Franco/Agência Senado

Augustin (à mesa, ao centro) mostra dados da economia em reunião da Comissão Mista de Orçamento

Secretário do Tesouro confirma superávit menor em 2014

Em audiência na Comissão Mista de Orçamento ontem, Arno Augustin defendeu a política fiscal do governo Dilma e confirmou a redu-

ção da meta fiscal deste ano para R\$ 10,1 bilhões. Ele também apontou preocupação com aumento do seguro-desemprego. **5**

CCJ aprova quase mil proposições e bate recorde **4**

Reforço do SUS sobressai em balanço bienal **4**

TV Senado tem acesso intenso no YouTube **2**

Pesquisa FGV comprova
Senado é 100% transparente

SENADO FEDERAL



Conforme a pesquisa Estado Brasileiro e Transparência, da Fundação Getúlio Vargas, o Senado atendeu a 100% dos pedidos de informação no mais abrangente estudo feito sobre o cumprimento da Lei de Acesso à Informação.



Senadora Ângela Portela, que preside Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz: 6 agraciadas no próximo ano

Em 2015, Diploma Bertha Lutz será dado a 6 mulheres

Empate nas votações levou conselho do Senado a premiar uma personalidade a mais. Honraria é entregue no mês de março a nomes que se destacam na luta pelos direitos da mulher

O CONSELHO DO Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, presidido por Ângela Portela (PT-RR), pela primeira vez escolheu seis mulheres para serem agraciadas com o prêmio. As regras preveem cinco homenageadas. Ante um empate na votação, decidiu-se abrir uma exceção e contemplar mais um nome.

Em 8 de março de 2015, a comenda será entregue a personalidades femininas que se destacaram na luta pelos direitos da mulher. São elas: Cármen Lúcia, Clara Araújo, Mary Garcia Castro, Ivanilda Pinheiro Salucci, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha e Creuza Maria Oliveira (veja quadro ao lado).

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que é integrante do conselho, considerou difícil a escolha entre os 16 nomes apresentados por entidades da sociedade civil. Segundo ela, todas têm mérito.

Está em tramitação no Senado projeto de Vanessa que permite também aos homens serem agraciados com o prêmio. A proposta foi aprovada nesta semana pela Comissão de Educação (CE) e encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para em seguida ser apreciada no Plenário do Senado.

Ao defender a proposta,

Vanessa chama a atenção para a “construção de um novo paradigma para as relações de gênero, com base na superação da oposição entre o masculino e o feminino na consolidação de um modelo fundado em va-

lores como harmonia, parceria e solidariedade no caminho da emancipação social”.

O Diploma Bertha Lutz foi criado pelo Senado em 2001 e já premiou 70 mulheres, entre elas a presidente Dilma Rousseff.

As ganhadoras da edição 2015



Clara Araújo foi a primeira mulher a presidir a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1982. É graduada em ciências sociais

pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi uma das fundadoras da União Brasileira de Mulheres (UBM).



Mary Castro é pesquisadora de temas relacionados a direitos humanos de mulheres e jovens na América Latina. Doutora

em sociologia pela Universidade da Flórida, publicou vários livros relacionados a temas de gênero, movimentos sociais, identidades e cidadania. Devido à ditadura militar, teve que sair do país. Como professora universitária aposentada, ministra palestras para formação de lideranças feministas em todo o Brasil.



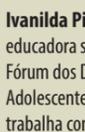
Maria Elizabeth Teixeira é a primeira ministra empossada presidente do Superior Tribunal Militar (STM), para o período

2013–2015. Bacharel em direito pela PUC-Minas, foi procuradora federal da Advocacia-Geral da União (AGU).



Cármen Lúcia Antunes Rocha é ministra do Supremo Tribunal Federal (STF). Mineira, é escritora e doutora em direito do

estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Também foi procuradora do estado de Minas Gerais e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



Ivanilda Pinheiro Salucci é educadora social, ajudou a fundar o Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente de Roraima e atualmente trabalha com crianças e famílias em área de risco na cidade de Boa Vista. É membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e compõe o Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual.



Creuza Maria Oliveira, nascida na Bahia, é presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas e começou

a trabalhar aos 10 anos, quando o trabalho infantil ainda era tolerado. Somente aos 21 anos teve a carteira assinada, recebeu o primeiro salário e começou a ser alfabetizada.

Comissão Diretora decide gabinete de novos senadores

A definição dos gabinetes que serão ocupados pelos senadores a partir de fevereiro, quando se inicia a nova legislatura, foi um dos temas de reunião de ontem da Comissão Diretora do Senado.

Os senadores também aprovaram um ato que regulamenta o uso dos plenários das comissões temáticas por terceiros e trataram da modernização das salas nos moldes do que já foi

feito na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que ganhou um painel eletrônico destinado a tornar mais ágil e seguro o sistema de votação.

Além do painel, as salas de todas as comissões serão equipadas com computadores *touchscreen* (com tela sensível ao toque), oferecendo a pauta completa de votações e os textos dos projetos que serão analisados. A expectativa é de

que os senadores encontrem as salas renovadas quando retornarem ao trabalho.

— Aprovamos o ato que define os gabinetes dos senadores que estão chegando e outro que define regras para o funcionamento das salas para outras atividades. No recesso, elas serão equipadas com painéis e computadores — disse o primeiro-secretário, Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TV Senado no YouTube atinge 260 mil visualizações em dez dias

A transmissão ao vivo das atividades do Senado no YouTube tem gerado grande interesse dos internautas, conforme os números apresentados pela TV Senado. Nos primeiros dez dias de transmissão, iniciada em 25 de novembro, houve 260 mil visualizações, com 6,5 milhões de minutos assistidos. A maior parte do tráfego — 90% — se concentrou no dia 3 de dezembro, quando o Congresso votou alteração na meta fiscal do governo.

Também chama a atenção

a quantidade de comentários simultâneos à exibição da sessão no chat disponibilizado pelos dois canais da TV Senado: 182 mil.

— O chat abre mais um canal de relacionamento com o cidadão, transformando-se em um poderoso termômetro para medição da reação dos telespectadores sobre o que está acontecendo no Senado. Ao mesmo tempo, permite uma comunicação direta com o internauta — afirmou o diretor da TV Senado, Aluizio Oliveira.



Imagens ao vivo da TV Senado estão disponíveis para acesso pelo YouTube

Medida provisória que autoriza recursos para Fies chega ao Senado

Foi lida no Plenário do Senado ontem a Medida Provisória (MP) 655/2014, que libera créditos extraordinários de R\$ 5,4 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Segundo o governo, o crédito é necessário para cobrir novas operações contratadas e as renovações semestrais dos contratos em andamento. O programa financia a gradua-

ção para alunos matriculados em instituições particulares.

A MP foi aprovada na quarta pela Câmara dos Deputados. O prazo de 45 dias para apreciação já acabou. A vigência foi prorrogada por ato do presidente do Congresso e se encerra em 2 de fevereiro de 2015. Porém, talvez não seja votada porque não há sessão deliberativa marcada até o fim do período legislativo.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos feitos após as 18h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h Sessão não deliberativa para debates e comunicados da Mesa.

PRESIDÊNCIA Despedida de Sarney

8h Renan Calheiros participa de café da manhã em homenagem a José Sarney. O evento é oferecido pela Associação dos Servidores do Senado Federal e será no Espaço do Servidor.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

CPI mista aponta sobrepreço na Petrobras

Aprovado ontem relatório que mostrou superfaturamento de US\$ 4,2 bilhões na Refinaria Abreu e Lima, além de indicar que empregados da estatal receberam propina

PEDIDOS EXPRESSOS DE indiciamento de 52 pessoas e a indicação de que a compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (Estados Unidos), pode ter trazido potencial prejuízo de US\$ 561,5 milhões aos cofres da Petrobras foram incluídos ao relatório final da CPI Mista da Petrobras. O texto foi aprovado ontem por 19 votos a 8.

As mudanças no relatório apresentado na semana passada foram feitas pelo relator da comissão, deputado Marco Maia (PT-RS). Ele esclareceu que decidiu ser mais claro nas recomendações de indiciamentos, porque houve dúvidas em relação ao texto original, que pedia o aprofundamento das investigações.

Maia explicou também que apenas na tarde de segunda-feira recebeu documentação oficial da Controladoria-Geral da União (CGU) que indica a possibilidade de a compra da Refinaria de Pasadena ter sido lesiva à Petrobras. Na primeira versão do relatório, o deputado havia questionado conclusão do Tribunal de Contas da União (TCU) de que a operação dera prejuízo de US\$ 792 milhões.

— Pelo exposto e também

em sintonia com os encaminhamentos indicados pelo novo documento remetido pela CGU, esta relatoria aponta retificações no Capítulo 6 do relatório para indicar potencial prejuízo de US\$ 561,5 milhões aos cofres da Petrobras no que se refere à avaliação feita pela estatal, por ter adotado um valor elevado para o empreendimento adquirido — informou.

Toda a documentação produzida pela CPI mista, inclusive os relatórios paralelos produzidos pela oposição, vai ser encaminhada ao Ministério Público, à Polícia Federal e à Justiça Federal.

Causas

O relatório final da CPI mista indica um superfaturamento de US\$ 4,2 bilhões nas obras da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco. Marco Maia concluiu que não foi convincente a justificativa da Petrobras de responsabilizar agentes externos pelo aumento nos custos. Para ele, as causas foram outras, como a substituição das licitações por convite na contratação de obras e serviços.

A comissão aponta fortes indícios de que empregados da



Presidente em exercício, Gim (ao microfone), e relator, Marco Maia, acompanharam aprovação do relatório da comissão

Petrobras receberam propina da empresa holandesa SBM Offshore. Segundo o texto, o possível corruptor seria o representante da SBM, Julio Faerman. Foram também identificadas deficiências no sistema de segurança nas atividades marítimas de petróleo e gás natural.

Ao aprovar o relatório oficial, a CPI mista rejeitou dois textos paralelos da oposição. No principal, consolidado pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), cinco partidos

(PSDB, DEM, PPS, PSB e SD) pediram o indiciamento da presidente da Petrobras, Graça Foster, por dois crimes: o de prevaricação, por não ter revelado às autoridades as irregularidades na Abreu e Lima, e o de falso testemunho, já que, ao depor à CPI em 11 de junho, Graça negou ter informações sobre pagamento de propina pela SBM.

O relatório da oposição também recomendou o imediato afastamento de Graça Foster da Presidência da Petrobras,

bem como o de todos os conselheiros e diretores. Há ainda o pedido de indiciamento de outras 59 pessoas. Entre elas, o tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, o ex-presidente da Petrobras Sergio Gabrielli, o deputado Luiz Argôlo (SD-BA) e o deputado cassado Andre Vargas (sem partido-PR).

O deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) também apresentou um relatório paralelo que não chegou a ser votado. Ele recomendou a substituição de toda a diretoria da empresa.

Oposição quer manter investigações em 2015

Sem concordar com o relatório final aprovado, líderes da oposição já afirmaram que pretendem continuar as investigações ao longo do próximo ano. E uma das esperanças para eles é a renovação do Congresso Nacional, que deve trazer uma relação mais equilibrada das forças políticas.

— A certeza que fica é que voltaremos a partir de fevereiro com uma nova CPMI. Há muitos fatos que precisam ser aprofundados. Além do mais, há a declaração de Paulo Roberto Costa de que o esquema de corrupção na Petrobras se expandiu para hidrelétricas, rodovias, obras da Copa, portos e aeroportos. Portanto, o Parlamento brasileiro vai ter muitas responsabilidades. Com uma diferença: hoje o governo tem maioria de quatro por um. A partir de 1º de fevereiro, será três a dois, o que vai melhorar a correlação de forças para as oposições irem mais adiante — opinou Onyx.

O senador Humberto Costa (PT-PE) não descarta a abertura de uma nova comissão de inquérito, mas acredita que será uma questão para ser decidida pelos novos parlamentares que ainda tomarão posse.

— A CPI conseguiu dar uma resposta ao Brasil dentro da capacidade de investigação do Congresso. Agora temos que



Onyx (em pé, ao centro) prevê instalação de outra CPMI na próxima legislatura

aguardar a última etapa, que é a que diz respeito aos agentes políticos para que no ano que vem o Parlamento se posicione. É uma decisão do futuro Congresso. Não podemos falar em nome de tantos senadores e deputados que foram eleitos agora. Será uma decisão mais à frente — ponderou.

Após a reunião de ontem, Marco Maia rebateu as críticas da oposição de que seu relatório ficou incompleto e inconsistente, para proteger o governo. Os adversários também reclamaram de o texto ter poupado a presidente da estatal, Graça Foster, e a diretoria.

— O meu relatório não é governista ou chapa branca. Pelo contrário. Todas as informações que tivemos sobre corrupção e desvios estão lá.

Complementamos o voto e propusemos o indiciamento de 52 pessoas, algumas delas nem tratadas ainda pela Polícia Federal. É um relatório denso. Não é da oposição, nem do governo e tem condições de ajudar a Petrobras e a sociedade brasileira — afirmou.

O presidente em exercício da CPI Mista da Petrobras, senador Gim (PTB-DF), admitiu que o período eleitoral prejudicou os trabalhos da comissão. No entanto, disse que ficou satisfeito com a aprovação de um texto final.

— Sabemos que em época eleitoral todos vão cuidar das suas bases e com isso ficou prejudicado o trabalho de apuração. Ainda assim conseguimos encerrar com o relatório aprovado — avaliou.

Comissão exclusiva do Senado vai adotar relatório da CPMI

O senador José Pimentel (PT-CE), relator da CPI da Petrobras formada exclusivamente por senadores, informou em nota à imprensa que as duas comissões parlamentares de inquérito que investigaram a estatal terão relatório único. Pimentel avisou ao presidente da CPI do Senado, Vital do Rêgo (PMDB-PB), que subscreveu integralmente o relatório da CPI mista, apresentado pelo deputado Marco Maia (PT-RS) e aprovado anteontem.

Pimentel lembrou que as duas CPIs foram criadas para investigar exatamente os mesmos fatos — as irregularidades ocorridas na Petrobras entre 2005 e 2014. Praticamente todos os integrantes da CPI exclusiva do Senado também participaram da CPI mista.

Além disso, como lembrou

Pimentel, as duas comissões foram presididas por Vital e assessoradas pelos mesmos técnicos. Houve ainda o compartilhamento de documentos.

— Tudo o que foi investigado por esta CPI está sendo aproveitado pela comissão mista — esclareceu o senador.

A última reunião da CPI do Senado aconteceu em julho. Houve tentativas de outros encontros, que acabaram frustrados por falta de quórum. De acordo com Pimentel, os senadores preferiram concentrar esforços na CPI mista.

A CPI da Petrobras exclusiva do Senado foi instalada em maio. Até 16 de julho, a comissão se reuniu 11 vezes. Foram colhidos depoimentos de 16 autoridades e aprovados 83 requerimentos. A data de encerramento das atividades é segunda-feira.



José Pimentel, relator da comissão de senadores que investiga a Petrobras

Relatório aponta verbas para escola pública ideal

Documento final da comissão sobre financiamento da educação, que será votado em 2015, defende criação de imposto sobre grandes fortunas e outro nos moldes da CPMF

UM NOVO MODELO de educação para o país em 20 anos é o que propõe o relatório de Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentado ontem, na última reunião da comissão temporária criada para propor soluções para o financiamento da educação.

— Não vamos chegar ao ideal melhorando o que está aí. Vai ser preciso criar um sistema paralelo novo, com regime diferente, com escolas diferentes — afirmou.

Como seria executado e quanto custaria esse sistema foram detalhados na proposta do relator.

O custo total seria de R\$ 640 bilhões — 9,6% do produto interno bruto (PIB) estimado para 2034. O déficit em relação ao que se gasta atualmente com educação no Brasil é de R\$ 215 bilhões.

Cristovam apontou 15 fontes de financiamento que permitem arrecadar quatro vezes

mais do que o necessário.

Entre essas fontes, estão a emissão de títulos públicos pelo Tesouro e o imposto sobre grandes fortunas. Haveria ainda a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira para a Educação (CPME), com um potencial de R\$ 93,5 bilhões.

Fim de publicidade

Outra fonte apontada pelo senador é a redução nos sacrifícios fiscais decorrentes de renúncias e desonerações, que resultaria em R\$ 249,8 bilhões ao ano. Ele também sugere uma taxa verde sobre combustíveis fósseis, recursos recuperados pela Justiça nos casos de corrupção e contrabando e a suspensão dos gastos com publicidade do governo, que geraria R\$ 4,3 bilhões em economia.

A mudança na educação básica inclui a federalização das escolas, projeto antigo do



Ana Amélia, presidente da comissão temporária, e Cristovam Buarque, relator, discutem financiamento da educação

senador. De acordo com Cristovam, o modelo atual, municipalizado, divide as crianças por CEP, o que é ruim, dada a desigualdade entre os estados e entre os municípios.

A escola funcionaria em tempo integral. O custo por aluno é de R\$ 9,5 mil ao ano. Numa projeção para 2034, o custo com a educação básica seria de R\$ 497 bilhões — 7,4% do PIB.

O relatório propõe investimentos em educação superior, com aumento de 67% dos recursos — de R\$ 48 bilhões para R\$ 80 bilhões em 2034. Outros R\$ 63 bilhões por ano seriam usados para eliminar o analfabetismo e formar um país de leitores cultos.

— Com vontade política, seria possível fazer a revolução educacional de que o Brasil

precisa — concluiu o senador.

O relatório será debatido em 2015, quando serão novamente convidados os participantes das cinco audiências públicas realizadas até agora.

Para a presidente da comissão, Ana Amélia (PP-RS), o texto oferece não só um diagnóstico claro, mas aponta “o caminho e a receita” para superar os problemas da educação.

Comissão de Constituição e Justiça apresenta atividades de 2013–2014

Ao encerrar a última reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do biênio 2013–2014, o presidente do colegiado, Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentou o balanço do trabalho no período.

Conforme informou, a comissão realizou 136 reuniões, tendo deliberado sobre 958 proposições, entre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, requerimentos, ofícios e avisos. A comissão promoveu 32 audiências e aprovou 158 projetos de lei do Senado, 75 propostas de emenda à Constituição e 139 projetos de lei da Câmara.

O parlamentar, que deixa o Senado e vai para o Tribunal de Contas da União (TCU), destacou o trabalho de assessores e técnicos da secretaria da CCJ e agradeceu a todos.

— Os números que nós temos, em termos de produção legislativa, foram recorde em

todos os tempos. Isso marca o espírito desta comissão. Esta comissão foi democrática porque democráticos e republicanos são seus membros. Eu apenas tive a oportunidade e a honra de poder presidir e coordenar esses trabalhos — declarou.

Anibal Diniz (PT-AC), vice-presidente da CCJ, elogiou o trabalho do colega e agradeceu pela parceria. Vital também foi saudado pelos senadores Ricardo Ferraço (PMDB-ES), José Agripino (DEM-RN), Cyro Miranda (PSDB-GO), Marta Suplicy (PT-SP), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Gim (PTB-DF), Blairo Maggi (PR-MT) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

— Quero manifestar minha admiração pelo conterrâneo paraibano, que é capaz, ao mesmo tempo, de levar a efeito várias missões, sempre com competência e muita habilidade — disse Agripino.



Presidente e vice, Vital (E) e Anibal (C) se despediram da comissão

Aprovados 160 textos de desenvolvimento e turismo no biênio

Na última reunião do ano, ontem, o presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), apresentou um balanço das atividades no biênio 2013–2014. Foram votadas 160 proposições, que incluem 45 projetos de lei do Senado e 3 projetos de lei da Câmara.

Entre elas, estão o Projeto de Lei do Senado (PLS) 122/2009 — Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe; o PLS 64/2014, que apoia a criação de uma zona de processamento de exportação em Foz do Iguaçu (PR); e o PLS 316/2012, que reduz a exigência de participação mínima de vendas para o exterior na receita bruta das empresas instaladas em ZPEs.

A CDR promoveu audiências para debater o desenvolvimento das regiões, as obras de transposição do Rio São Francisco e a segurança nas fronteiras.

— O sentimento é de dever cumprido. Recebemos ministros, governadores, prefeitos, entidades públicas e privadas e organizações não governamentais de diversos segmentos para pensarmos juntos e propormos um país mais equilibrado — disse Valadares.

A forma como ele coordenou os trabalhos foi elogiada pelos senadores do colegiado.

Moka faz balanço de gestão na Comissão de Assuntos Sociais

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Waldemir Moka (PMDB-MS), fez um balanço das atividades do colegiado em sua gestão, no biênio 2013–2014. Foram 111 reuniões (68 deliberativas e 43 audiências públicas).

— Foi um ritmo intenso, com grandes mudanças sociais. Agradeço o empenho dos senadores da CAS, sem os quais não teria sido possível realizar um trabalho tão positivo — disse o senador na última reunião da legislatura.

Dos 214 projetos analisados, Moka ressaltou o que destina 19% da receita corrente líquida da União para a saúde; o que destina à educação e à saúde recursos públicos desviados por atos de corrupção recuperados judicialmente; o que obriga os planos de saúde a custearem o tratamento quimioterápico via oral dos usuários; e as

propostas que ampliam os direitos das mulheres, como a que garante atenção diferenciada para as vítimas de abusos sexuais pelo SUS, a que determina a realização de partos humanizados e a que obriga o SUS a realizar cirurgia de reconstituição das mamas imediatamente após a retirada de tumores.

Moka também citou o texto que instituiu o Estatuto da Juventude, o que mudou a jornada de trabalho dos aeronautas, o que fixou como regra o regime de guarda compartilhada dos filhos de pais que se divorciam, o que garante desconto do IR dos gastos com cuidadores de idosos e o que prevê aposentadoria especial para garis.

O senador elogiou o trabalho dos membros da comissão, que também exaltaram a gestão de Moka, ressaltando a sua capacidade de articulação e negociação.



Moka destacou ritmo intenso de trabalho e agradeceu os senadores

Arno Augustin reafirma superávit de R\$ 10,1 bi

Secretário do Tesouro participou de audiência em que detalhou números da política fiscal federal e manifestou preocupação com o aumento do seguro-desemprego

A POLÍTICA FISCAL do governo da presidente Dilma Rousseff foi defendida ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Segundo ele, a redução da meta de superávit primário e a mudança no cálculo do resultado decorreram da decisão do governo de manter os gastos sociais, principalmente com saúde e educação, e os investimentos públicos. Ele reafirmou que a meta foi reduzida em novembro de R\$ 80,8 bilhões para R\$ 10,1 bilhões.

— Se não fizermos isso nos anos difíceis, a retomada depois será muito mais complexa — disse.

Ele ressaltou que poucos países integrantes do G20, que reúne as maiores economias do mundo, conseguirão fechar o ano com superávit primário. Augustin apresentou uma planilha aos parlamentares mostrando que economias como Japão, Reino Unido e Estados Unidos acumulavam, até outubro, déficit primário em relação ao produto interno bruto (PIB) de 6,3%, 3,5% e 3,4%, respectivamente. O Brasil obteve superávit de 0,2% no mesmo período.

— Situação primária alta não é a norma no mundo. Poucos países têm [superávit] primário nessa situação de dificuldades internacionais — alegou.

Augustin defendeu também o conceito utilizado pelo governo para medir a saúde fiscal do país, a chamada dívida

líquida do setor público (DLSP). Alguns especialistas, incluindo o novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, vêm propondo o uso de dívida bruta do governo geral (DBGG), que mostraria melhor a situação fiscal. A diferença entre ambas é que a dívida bruta inclui o passivo do Estado junto ao setor privado, aos bancos públicos e ao resto do mundo, enquanto a DLSP retira do passivo os saldos a favor do governo, sendo o maior deles, as reservas internacionais do país. Entre 2010 e este ano, a DLSP caiu de 39,1% para 36,1% do PIB. Já a dívida bruta subiu de 53,4% para 62%, segundo os dados mais recentes.

Conforme Augustin, o aumento da dívida bruta foi motivado pela compra do BC de dólares que entram na economia, trocando-os por real e reforçando as reservas, mas é obrigado a enxugar o excesso de moeda para evitar a inflação.

O crescimento das despesas com o seguro-desemprego foi questionado pelo deputado Izalci (PSDB-DF) e pelo senador Waldemir Moka (PMDB-MS). Augustin disse que o governo estuda mudanças no benefício, que registrou um forte aumento de gastos.

— De todos os pontos da despesa pública, esse é o que merece uma atenção mais detalhada — afirmou.

Ao lado do abono salarial, o seguro-desemprego é uma das contas que mais cresceram nos últimos anos. Em 2009, o governo gastou R\$ 19,6 bilhões com o seguro. Para este ano, a projeção



Pedro França/Agência Senado

Augustin explica que países como Japão, Reino Unido e EUA acumulam déficit primário em 2014

é de R\$ 27,7 bi de despesa, um aumento nominal de 41,3%.

Segundo Augustin, esse aumento tem várias explicações econômicas, sendo uma delas o crescimento da formalidade no mercado de trabalho — só tem

acesso ao seguro quem possui carteira assinada. Ele disse, no entanto, que o aumento dos gastos preocupa.

— Há um problema. Temos que fazer uma análise nas regras, no grau de controle — diagnosticou.

Orçamento 2015 recebe mais de 9 mil emendas

O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2015 (PLN 13/2014), em análise na Comissão Mista de Orçamento (CMO), recebeu 9.664 emendas de deputados e senadores. Do total, 9.341 são destinadas a gastos como investimento e custeio.

As emendas somam R\$ 85,3 bilhões, dos quais R\$ 75,6 bilhões são de emendas das bancadas estaduais e comissões da Câmara e do Senado. O restante (R\$ 9,7 bilhões) são emendas individuais de deputados e senadores.

Somente as individuais terão execução obrigatória, como determina o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, aprovado quarta-feira pelo Congresso.

Entre os órgãos, os Ministérios da Saúde e das Cidades foram os principais beneficiados pelas emendas. O primeiro recebeu R\$ 15 bilhões. O segundo, R\$ 11,3 bilhões. Educação vem em terceiro lugar, com R\$ 9,9 bilhões. No geral, os investimentos ficaram com a maior parte dos recursos, R\$ 67,9 bilhões.

Os parlamentares também apresentaram 323 emendas à parte normativa da LOA. São

as “emendas ao texto”.

As emendas serão distribuídas agora aos dez relatores setoriais, que auxiliam o relator-geral do projeto, senador Romero Jucá (PMDB-RR). As emendas individuais são todas incorporadas aos relatórios. As coletivas variam conforme recursos e negociações. Os relatores terão que decidir as que serão acolhidas.

Reunião

O presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), marcou reunião para segunda-feira, às 14h, para análise dos relatórios setoriais. Esse é o último dia de trabalho do Congresso, antes do recesso parlamentar. O deputado Izalci (PSDB-DF) disse ontem que a oposição só concordará em votar nesse dia se todos os relatórios estiverem prontos.

Jucá apresentou ontem uma alteração no relatório preliminar, aprovado na CMO semana passada. A mudança atende parlamentares que apresentaram emendas a despesas obrigatórias.

As reuniões da CMO previstas para ontem e hoje foram canceladas.

Comissão avalia atuação nos últimos 2 anos

Propostas com repercussão no pacto federativo, como a redução dos encargos das dívidas de estados e municípios e a convalidação dos incentivos fiscais, dominaram a pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em 2013 e 2014. O ponto de vista foi manifestado pelo presidente da CAE no biênio, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), cujo cargo na comissão está se encerrando.

Lindbergh citou também a reforma do ICMS, aprovada pela CAE e não votada pelo Plenário, e a criação de dois fundos em benefício dos estados — o de compensação pela perda de receitas decorrentes da unificação das alíquotas do ICMS e o de desenvolvimento regional, que visa dotar as uni-

dades federativas de condições competitivas no cenário pós-guerra fiscal.

Para melhorar as condições de investimentos de estados e municípios, a CAE aprovou, nos dois anos, empréstimos que totalizaram US\$ 10,86 bilhões — aproximadamente R\$ 29 bilhões, na cotação de 15 de dezembro.

O presidente da CAE citou como contribuição importante para o debate do pacto federativo a avaliação de políticas públicas realizada por Ana Amélia (PP-RS). O documento recomenda a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição que obriga a União a compensar financeiramente os entes federados, sempre que adotar a concessão

de subsídio, isenção e redução de base de cálculo ou de alíquota sobre impostos ou contribuições compartilhadas.

De Aécio Neves (PSDB-MG), a PEC 31/2011 estabelece obrigação semelhante dos estados em relação aos municípios. A proposta já teve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O documento sugere ainda a aprovação do PLS 184/2010, do então senador Tião Viana, que altera o método de cálculo dos coeficientes individuais de participação no FPM-Interior.

No campo da mobilidade urbana, Lindbergh destacou a aprovação do Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup), condicionado à implantação de bilhete único temporal ou rede integrada de transportes. A proposta (PLC 310/2009) retornou à Câmara, onde aguarda deliberação.

No biênio 2013–2014, a CAE examinou 415 proposições, aprovando 349. Também fez 48 audiências públicas para instruir projetos polêmicos, como o da reforma do ICMS e o da repactuação das dívidas dos estados, ou para analisar temas como a solidez da política econômica brasileira.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Lindbergh, projetos com repercussão no pacto federativo foram destaque

Parlamentares que deixam a Casa discursaram pela última vez, relembrou os destaques dos mandatos, deixaram sugestões de continuidade e receberam elogios de colegas

Despedidas marcam a semana em Plenário

Senadores se despediram da Casa ontem e anteontem ou por causa do fim do mandato, em 31 de janeiro, ou porque foram eleitos para o Poder Executivo estadual. Rodrigo Rollemberg e Pedro Taques assumirão mandatos como governadores do Distrito Federal e de Mato Grosso, respec-

tivamente. Francisco Dornelles ocupará o posto de vice-governador do Rio de Janeiro. Jayme Campos, Cícero Lucena e Ivonete Dantas deixam o Senado após o fim dos mandatos. Em apartes, colegas destacaram a trajetória política e elogiaram a atuação dos parlamentares.

Dornelles renuncia cargo para tomar posse como vice-governador do Rio

Francisco Dornelles (PP-RJ) anunciou anteontem à noite no Plenário sua renúncia ao mandato de senador. Ele encaminhou carta à Mesa oficializando a decisão. Dornelles foi eleito vice-governador do estado do Rio de Janeiro, na chapa de Luiz Fernando Pezão (PMDB), e vai tomar posse no novo cargo em 1º de janeiro.

— Foi uma honra passar oito anos aqui. Peço que cada senador possa considerar-se vice-governador do Rio de Janeiro junto comigo — declarou Dornelles, emocionado, sendo aplaudido pelo Plenário.

Vários senadores o homenagearam. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que Dornelles será sempre lembrado pelos parlamentares. Ana Amélia (PP-RS) destacou o comprometimento e a simplicidade do colega. Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que sentirá falta do colega. Benedito de Lira (PP-AL) classificou Dornelles de brilhante. Aécio Neves (PSDB-MG) chamou Dornelles de “meu orientador” e destacou que o senador se diferenciou por tratar a política “na dimensão maior que a expressão da palavra pode ter”.

O Senado deu posse ontem a Péricles Olivier, primeiro-suplente de Dornelles. Ele é engenheiro civil e foi três vezes prefeito de Itaperuna (RJ). Segundo a assessoria de Dornelles, já foi um dos sete melhores prefeitos do país, em pesquisa nacional da revista *IstoÉ*.



Moreira Maniz/Agência Senado

Rollemberg deixa vaga no Senado para comandar DF e defende a Casa

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que assumirá o governo do Distrito Federal em 1º de janeiro de 2015, também se despediu do Senado e defendeu a valorização da Casa, da qual também é servidor licenciado. O primeiro suplente de Rollemberg é Hélio José da Silva Lima.

Rollemberg citou os senadores Saturnino Braga, José Paulo Bisol e Jamil Haddad, com quem trabalhou, e reverenciou a memória de Miguel Arraes, a quem qualificou como líder inspirador, e a do “companheiro, amigo, presidente e líder” Eduardo Campos, candidato do PSB à Presidência da República, morto em acidente aéreo em agosto deste ano.

— Nós do PSB temos uma responsabilidade muito grande de carregar esses legados de Jamil Haddad, Miguel Arraes e Eduardo Campos, pelo que representaram na luta do nosso povo por dias melhores — disse.

Em apartes, o representante do PSB foi saudado por diversos senadores presentes em Plenário, entre eles Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Eduardo Braga (PMDB-AM), Jorge Viana (PT-AC), Ana Amélia (PP-RS) e Cristovam Buarque (PDT-DF), que disse não lamentar a saída de Rollemberg, porque será compensada com a atuação dele na chefia do Executivo local.

— Nós todos de Brasília esperamos seu desempenho como governador com muita esperança e com muita certeza de que vai fazer um grande governo — disse Cristovam.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Taques abdica de mandato para assumir governo de Mato Grosso

Pedro Taques (PDT-MT) anunciou anteontem a renúncia ao cargo de senador para assumir o governo de Mato Grosso. O mandato no Senado começou em 2011 e nas eleições deste ano o parlamentar foi eleito governador com mais de 830 mil votos.

No discurso de despedida, Taques leu um poema do cuiabano Manuel de Barros para se comparar ao “menino que carregava água na peneira”, em referência à sua trajetória como político, marcada pela defesa dos preceitos constitucionais e pelo combate à corrupção.

— Escolhi lutar pelos direitos do cidadão e sei que o caminho não é fácil — afirmou.

Taques destacou o mandato participativo e o aprendizado no Senado sobre a importância de tratar o povo com respeito e atender a sociedade que clama por mudança.

— Se não mudarmos o jeito de fazer política, nada vai mudar e nós seremos mudados. Por isso, estamos aqui para servir à sociedade e ao Estado, e não para nos servirmos deles — disse.

Taques foi cumprimentado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que falou nas saudades antecipadas que o senador deixará. Aécio Neves (PSDB-MG) mencionou a “extraordinária missão” que aguarda o senador em Mato Grosso.

O primeiro-suplente de Taques é o policial rodoviário federal e sindicalista José Antônio Medeiros (PPS).



Jefferson Rudy/Agência Senado

“Despeço-me com o coração leve”, afirma Jayme Campos



Waldemir Borreto/Agência Senado

Jayme Campos (DEM-MT) disse que termina seu mandato com a “consciência do dever cumprido”. Ele afirmou que continuará a “encarnar o espírito público dos que fazem da política mais do que um meio de vida: uma razão de viver”.

— Eu me dediquei à construção de uma sociedade mais justa, próspera e igualitária. Despeço-me com o coração leve, pois me devotei ao mandato.

Cícero relembra carreira política ao sair e agradece apoio

“Ponto a ponto, fio a fio/enfrentei o desafio/de cerzir tempos puídos.” Foi com versos do falecido senador e poeta Ronaldo Cunha Lima que o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) iniciou a despedida do Senado ontem. O atual mandato de senador dele encerra-se em janeiro.

O ex-governador da Paraíba e ex-prefeito de João Pessoa lembrou os oito anos na Casa e, entre as atividades, a de primeiro-secretário da Mesa do Senado durante a última Presidência de José Sarney. Ele agradeceu o apoio da família e da população do estado.



Waldemir Borreto/Agência Senado

— Renovo meu compromisso com a política, com a Paraíba, com os paraibanos e com o Brasil — disse.

Em apartes, os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Ruben Figueiró (PSDB-MS), Ana Amélia (PP-RS), Antônio Aureliano (PSDB-MG), Eduardo Suplicy (PT-SP), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) despediram-se do colega elogiando o desempenho dele no mandato. Flexa Ribeiro disse que se tornaram “verdadeiros irmãos” nos últimos oito anos.

Em último discurso, Ivonete pede universidade em Caicó

Ivonete Dantas (PMDB-RN) despediu-se do Senado pedindo ao governo a criação da Universidade Federal do Seridó, com sede em Caicó, no Rio Grande do Norte.

— Defendemos a criação da universidade para consolidar de vez o Seridó como um polo educacional, atraindo brasileiros para conhecer, pesquisar, desenvolver e expandir as vocações seridoenses — afirmou.



Moreira Maniz/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Em seu discurso de despedida, senador do PT afirmou ter passado 24 anos na Casa lutando pela distribuição das oportunidades e pela redução da pobreza

“Estou certo de ter cumprido meu dever”, diz Suplicy

COM UM EMOCIONADO pronunciamento anteontem à noite no Plenário, Eduardo Suplicy (PT-SP) despediu-se do Senado, após exercer três mandatos consecutivos. Ele disse que sempre atuou em defesa de um país mais justo.

— Aqui cheguei com o firme propósito de empenhar-me ao máximo para o aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas, pela liberdade, pela ética, pela transparência em todos os atos da vida pública, pela construção de um Brasil civilizado e justo, no qual todas as pessoas possam ter efetiva voz e influência sobre os nossos destinos — afirmou.

O senador disse que, ao longo dos 24 anos no Senado, lutou pela implementação de instrumentos de política econômica e social que favorecessem a distribuição de oportunidades e a redução da pobreza. Ele disse ter defendido a reforma agrária, mais recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e a implantação do Programa Renda Básica de Cidadania.

— Estou certo de ter cumprido o meu dever. Dei o máximo de minhas energias para defender meus ideais.

Suplicy foi o primeiro senador eleito pelo Partido dos Trabalhadores.

Antes, havia sido deputado estadual, deputado federal e vereador.

Na sessão de anteontem, 23 senadores homenagearam Suplicy. Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o colega é uma “unanimidade na vida pública, na dignidade, na seriedade, na integridade, na firmeza



Eduardo Suplicy faz seu último pronunciamento no Senado, ao fim do terceiro mandato: “Dei o máximo de minhas energias para defender meus ideais”

e na garra”.

Aécio Neves (PSDB-MG) ressaltou que Suplicy termina o mandato “com o mesmo vigor, determinação e gesto sempre juvenil, acreditando que é possível militar na política sem abrir mão de nossas convicções e princípios”.

Jorge Viana (PT-AC) disse que Suplicy “honrou, honra e honrará sempre o Senado e o PT”:

— É sinônimo da política que buscamos exer-

citar pela maneira ética, por princípios que impôs e que estão tão escassos na política brasileira. O Senado perde.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que Suplicy é “um homem de fato republicano”. Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou que o colega teve participação ativa em todas as

comissões e debates sobre os mais diversos temas no Poder Legislativo.

Ex-mulher de Suplicy, Marta Suplicy (PT-SP) disse que ele atendeu as reivindicações de humildes e poderosos da mesma forma. Segundo ela, Suplicy sempre perseguiu seus ideais, o que o caracterizou como um parlamentar “coerente, determinado e competente”.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que revelou ser ex-eleitor de Suplicy, apontou um “substrato comum entre os dois, na mesma visão de democracia, de correção na vida pública e na necessidade de melhoria das condições sociais do povo brasileiro, sempre dentro da liberdade”.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) exortou Suplicy a continuar sua caminhada. Ele disse que o petista é “uma espécie de franciscano pela palavra, pelo jeito, pelas teses e pela prega-

ção”. Lídice da Mata (PSB-BA) disse que Suplicy tem compromisso com a igualdade e se notabilizou perante a nação por sua atuação histórica como senador do PT.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que Suplicy é uma “reserva moral e política do PT”, que tem como qualidades “a competência, o preparo, a honestidade e a humildade”. Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), Suplicy sempre honrou a política e foi uma importante referência de muitos quadros do partido, que o tinham como “aquele que falava em nome das causas populares”.

Suplicy também foi homenageado por Gim (PTB-DF), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Eduardo Braga (PMDB-AM), Luiz Henrique (PMDB-SC),

Ana Rita (PT-ES), Paulo Paim (PT-RS), Anibal Diniz (PT-AC), Benedito de Lira (PP-AL), Delcídio do Amaral (PT-MS), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Antônio Aureliano (PSDB-MG).

Suplicy aproveitou para dizer que o PT deve fazer uma reflexão para conhecer a razão das dificuldades enfrentadas pelo partido em São Paulo. Ele cobrou medidas para “corrigir e não insistir nos tropeços que macularam a imagem” do partido, do qual é um dos fundadores. Ele afirmou:

— Onde eu estiver, continuarei a lutar pelos mesmos objetivos e ideais que me fizeram ter a honra de servir o meu estado de São Paulo, os meus eleitores e o meu partido aqui no Senado.

Suplicy foi o 1º senador eleito pelo Partido dos Trabalhadores

Durante sessão, 23 senadores prestaram homenagem ao colega de SP

Armando deixa Senado para ser ministro do Desenvolvimento no próximo governo Dilma

Como se afastará do Congresso Nacional para assumir o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no início de 2015, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) fez ontem um rápido balanço dos quatro anos no Senado.

Armando destacou como um dos focos da atuação dele o desenvolvimento econômico sustentável. Lutou pela aprovação de medidas de estímulo ao setor produtivo e à competitividade do país, especialmente as ações direcionadas ao fortalecimento das micros e pequenas empresas.

O senador mencionou também a dedicação dele à formação profissional, por entender que a qualificação para



Armando destacou foco no desenvolvimento sustentável

o trabalho é fundamental para o aumento da produtividade e para garantir a inserção dos jovens no mercado.

Armando também falou sobre o desafio que terá pela frente: comandar o Ministério do Desenvolvimento em meio a uma conjuntura de restrições.

— O objetivo fundamental da política econômica é o crescimento, é criar as condições para

relançar a economia brasileira. Portanto, vamos buscar o reequilíbrio macroeconômico e assumir uma agenda que eleve a competitividade da indústria brasileira, que precisa reduzir custos sistêmicos e elevar a produtividade — disse.

Inácio despede-se e quer que continuem luta por jornada de 40 horas e reajuste do mínimo

Inácio Arruda (PCdoB-CE) despediu-se do Senado ontem e pediu à senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), colega de partido, que continue militando pela redução da jornada de trabalho semanal de 44 horas para 40 horas. Além disso, recomendou o prosseguimento da política de recomposição do salário mínimo. O mandato do senador termina em janeiro de 2015.

Nas eleições, Inácio foi candidato a deputado federal, mas não foi eleito. Ele disse que continua um militante e que militante não se despede.

— Vou continuar ajudando o meu país, mesmo no bairro distante, numa comunidade, no sindicato, na direção



Inácio teve atuação em prol da causa dos trabalhadores

partidária. Às vezes, é uma contribuição pequena, mas importante para sustentar os rumos — disse.

Ele afirmou que sai do Senado com a certeza de que buscou lutar com a coragem de quem defende uma causa justa e correta, com uma trajetória de vida pública límpida.

— Sempre tive minha atividade parlamentar como uma grande responsabilidade de representar o povo do meu Brasil, tanto na Câmara como no Senado.

O senador lembrou desde os tempos de menino pobre na periferia de Fortaleza até os mandatos na política.

A vaga do Ceará no Senado será ocupada por Tasso Jereissati (PSDB).

Ex-presidente da República e ex-presidente da Casa por quatro mandatos se despede opinando sobre diversos temas e fazendo retrospectiva dos 60 anos de vida pública

Sarney deixa Senado com discurso propositivo

FIM DA REELEIÇÃO, implantação do parlamentarismo, penas mais duras para crimes contra a vida e limites para doações eleitorais. Apesar de estar deixando a política, o senador José Sarney (PMDB-AP) não se furtou a opinar sobre vários assuntos ao fazer seu último discurso no Plenário do Senado, ontem. Ele lembrou realizações de seus mandatos, fez sugestões para a vida política e social do país e recebeu homenagens de colegas senadores. E confessou um arrependimento:

— Eu me arrependo, acho que foi um erro ter voltado, depois de presidente, à vida pública. Penso que é preciso proibir que os ex-presidentes ocupem qualquer cargo público, mesmo que seja cargo eletivo. Nos Estados Unidos é assim e eles passam a ter uma função que serve ao país — afirmou Sarney, presidente da República entre 1985 e 1990 e presidente do Senado por quatro mandatos (1995–1997, 2003–2005, 2009–2011 e 2011–2013).

Para o senador, é preciso também criar cláusulas de barreira e evitar a proliferação de partidos que “só servem para negociações”. Ele acrescentou que os partidos precisam valorizar a democracia, realizando eleições internas.

Ainda sobre reforma política, Sarney defendeu o voto distrital misto e o fim da reeleição, com mandatos de até seis anos para o Executivo. Ele pediu o fim das medidas provisórias e uma solução definitiva para o financiamento de campanha — com um teto para doações.

“Acho que foi um erro ter voltado, depois de presidente, à vida pública”



Ao subir à tribuna pela última vez, José Sarney defendeu a criação de cláusulas de barreira, fim da reeleição, teto para doação eleitoral e o parlamentarismo

Sarney também pediu a implantação do parlamentarismo como “dispositivo contra crises” e defendeu penas mais graves para crimes contra a vida.

— A vida é o bem maior que Deus nos deu e o homicídio ainda não é crime hediondo — criticou, pedindo mais recursos para o combate às drogas.

Para o senador, a educação precisa passar por uma reformulação dos currículos, com incentivo à capacitação de professores e mais investimentos em tecnologia e inovação. Sarney também prometeu rerepresentar um projeto de Estatuto das Estatais como forma de proteger o patrimônio público contra escândalos como o da Petrobras.

Sarney ainda defendeu projeto de autoria dele, aguardando votação na Câmara, que cria o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas (PL 3.503/2004). Ele lembrou que existe o auxílio-reclusão, mas as vítimas “não têm direito a nada”, alguns “têm direito só à eternidade”. Ele criticou também o ódio que vem se apresentando na sociedade após as últimas eleições.

— É hora de conciliar o país. Tenho visto algumas manifestações exacerbadas aqui no Congresso. A política é democrática. Passadas as eleições, o país deve buscar um terreno comum, o bem público — declarou o senador.

Trajectoria

Aos 84 anos, Sarney deixa a política depois de três mandatos de senador pelo Amapá. No discurso, ele lembrou sua

trajetória de homem público, desde quando era deputado federal, na década de 50, até o Senado, passando pelo governo do Maranhão e pela Presidência da República.

Ele lembrou ter 60 anos de vida pública — o que o torna o parlamentar mais longevo da história do país — e agradeceu a confiança do povo do Amapá e do Maranhão e a todos os demais brasileiros pela oportunidade de presidir o país. Segundo Sarney, o Maranhão é o 16º estado do país em produto interno bruto (PIB), com crescimento econômico anual de 10,3%, índice comparável ao da China. Esses números, registrou, são bem diferentes dos que encontrou em 1966, quando assumiu o governo.

“Passadas as eleições, o país deve buscar um terreno comum”

Ele citou também iniciativas suas que levaram ao Amapá um hospital da Rede Sarah, uma universidade federal, uma zona de livre comércio consolidada, duas hidrelétricas em construção e uma em funcionamento, além do Linhão de Tucuruí.

Como presidente, Sarney lembrou que foi o autor do projeto que assegurou às pessoas com aids o recebimento gratuito de medicamentos e da proposta de cotas para negros.

Ele destacou iniciativas no setor cultural, como a Lei de Incentivo à Cultura e a Política Nacional do Livro, em análise na Câmara. Ele apontou a cultura como sua principal causa legislativa e disse que passava “essa bandeira” à senadora Marta Suplicy (PT-SP), ex-ministra da área. Sarney reconheceu as dificuldades da vida pública, mas disse que fez muitos amigos na política.

— Deus me poupou do ódio, da inveja e do sentimento de vingança — afirmou.

O senador afirmou não temer pelo futuro político da família e lamentou a falta de grandes lideranças nacionais. Ele disse que não “tem mais futuro e só tem passado”.

Prometeu reler seus livros e disse que, na sua idade, o gosto da releitura se torna melhor do que o da leitura inicial. Sarney ainda admitiu que, “infelizmente”, a política o levou para caminhos distantes da literatura.

— Deixo no Senado uma palavra: gratidão. Saio feliz, sem nenhum ressentimento. Ai, meu Senado, tenho saudades do futuro — concluiu.

Papel de senador na consolidação da democracia é destacado

Elogios, lembranças e palavras de gratidão. Senadores se sucederam em apartes para homenagear José Sarney.

O primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), observou que não há ninguém no país com a vivência política de Sarney. Para ele, a vida de Sarney se confunde com a vida política do Brasil.

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) elogiou a preocupação de Sarney com um Brasil melhor e disse que ele ainda tem muito a oferecer ao país. Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou que Sarney é um homem público raro, além de estadista de grande estatura. Figueiró declarou-se um admirador sincero das realizações do colega.

Na opinião da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), o senador foi muito importante para a consolidação da democracia no Brasil. Ela manifestou respeito, carinho e consideração pelo

colega. Já Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) agradeceu por ele ter transformado Roraima em estado quando ocupava a Presidência da República.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) disse que “um mestre não para de ensinar”. Jucá se disse muito grato a Sarney, a quem chamou de farol da democracia.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou o grande papel que Sarney teve na política ao longo dos anos e destacou sua atuação na transição democrática, ao final do regime militar. Na definição de Casildo Maldaner (PMDB-SC), Sarney é a “própria história do Brasil”.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que Sarney vai continuar colaborando para que o país “encontre dias melhores”. O senador Antônio Aureliano (PSDB-MG) elogiou o talento do colega, tanto para a política, como para a literatura, enquanto a senadora Ana Amélia (PP-RS)

destacou a tolerância e a capacidade de diálogo de Sarney, lembrando que foi ele quem convocou a Assembleia Nacional Constituinte de 1987.

Os senadores Ivo Cassol (PP-RO), Jayme Campos (DEM-MT) e Ivonete Dantas (PMDB-RN) também elogiaram a trajetória de vida de Sarney. O senador Anibal Diniz (PT-AC) se declarou “um estagiário” diante de Sarney e disse considerar uma honra ter sido vice-presidente quando o colega ocupava a Presidência do Senado. Anibal reconheceu a importância do apoio de Sarney aos governos do PT e disse que o colega não deveria arrepender-se do fato de ter voltado à política depois de ter sido presidente da República.

— O senhor deixa um legado inestimável. Parabéns e obrigado por tudo o que fez pelo Parlamento e pela política nacional — congratulou.